



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 03/2019

Data da Sessão Ordinária

18 de Abril de 2019

Início

20:30 horas

Termo

23:25 horas

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo cinquenta e seis, de um de abril de dois mil e dezanove.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra informou que foram notificados para estarem presentes nesta sessão, a Senhora Ana Sofia Neto de Sousa, a qual convidou a tomar lugar na Bancada da CDU e o Senhor José Manuel Baião de Oliveira, da CDU, que não esteve presente por motivos de ordem familiar.-----

Nesta sessão compareceram os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Carla Alexandra Pereira Silvério, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Ana Sofia Neto de Sousa, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Luís Manuel Marques Rodrigues, José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luísa Cartaxo Manique e José Manuel Ricardo.-----

Faltaram a esta sessão os Senhores Deputados António Manuel dos Santos Mendes, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Maria do Rosário da Costa Martins, membros da bancada da CDU e Vanessa Isabel Nascimento Almeida, da bancada do PS, todos apresentaram justificação.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Júlia Amorim e Sónia Varino. A Senhora Vereadora Filipa Montalvo não esteve presente, tendo apresentado a respetiva justificação. Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, no apoio logístico à Assembleia Municipal, todos funcionários da Autarquia.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

Em seguida, iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha duas atas para analisar e aprovar. A ata número seis de trinta de novembro de dois mil e dezoito e a ata número um de vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezanove. -----

Colocadas a votação foram ambas aprovadas por unanimidade com algumas correções efetuadas na presente Assembleia Municipal.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente que ocorreu entre a última Assembleia e a presente e questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção neste período.-----

Inscreeveu-se para intervir o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) para informar que a sua bancada tinha uma Moção para apresentar sobre o tema: “25 de abril”. (*Fica anexada a esta ata, como Anexo I, e dela faz parte integrante*). -----

Depois de lida a Moção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou-a a votação para discussão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

De seguida questionou os Senhores Deputados se pretendiam intervir relativamente a esta Moção.-----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS) pediu a palavra para apresentar uma manifestação de agrado pelo facto de nos últimos tempos o Município de Constância ter sido várias vezes referenciado na comunicação social e sempre por bons motivos. Destacando as referências feitas à instalação de novas empresas na Zona Industrial de Montalvo uma aposta que este executivo delineou na captação de investimento e na fixação de novas empresas.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se ao período da Ordem do dia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que fosse introduzido um novo ponto na Ordem de Trabalhos “Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação de 2018”, pelo que colocou à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Assim, o “Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação de 2018”, passou para o ponto dez, seguindo os outros pontos a sequência numérica.-----

De seguida solicitou à Senhora Secretária Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos. Feita a sua leitura e posta a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.--

-----ORDEM DO DIA-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Relatório e contas de 2017 da Associação Casa Memória de Camões em Constância – Para conhecimento;-----
3. Relatório de execução do contrato programa de 2018 da Associação Centro de Ciência Viva de Constância – Para conhecimento;-----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de prestação de contas do exercício de 2018 – Para deliberação;-----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de aplicação do RLE de 2018 – Para deliberação;-----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de revisão aos documentos previsionais para 2019 (1ª revisão orçamental) – Para deliberação;-----
7. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de descentralização administrativa – Transferência de competências para a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – Para deliberação;-----
8. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de cedência a título gratuito do Pavilhão Municipal para Aulas de Exercício Físico Sénior – Para deliberação;---
9. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de transmissão do património da Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, para a RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. – Para deliberação;-----
10. Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação de 2018. - Para conhecimento;-----
11. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – Para conhecimento;-----
12. Outros assuntos de interesse.-----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente na sala se pretendiam intervir, pedindo a indicação do nome, localidade e assunto.-----

Inscreveram-se os Senhores, Amílcar Avó Dias, de Constância, assunto - Conselho Municipal de Segurança.-----

Carlos Lopes, de Montalvo, assunto - Conselho Municipal de Segurança.-----

Álvaro Alves, de Montalvo, assuntos - Estádio Municipal e Jardins.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Amílcar Avó Dias que apresentou o pedido de escusa do Conselho Municipal de Segurança. *(Fica anexado a esta ata, como Anexo II, e dela faz parte integrante).*-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Carlos Lopes que apresentou o pedido de escusa do Conselho Municipal de Segurança. *(Fica anexado a esta ata, como Anexo III, e dela faz parte integrante)*.-----

O Senhor Carlos Lopes informou que tinha mais um assunto a apresentar relacionado com o relatório efetuado pela *Inspeção Geral de Finanças* apresentado na última Assembleia Municipal e cuja única intervenção tinha sido do Senhor Deputado António Mendes. Sabendo que certos comportamentos e atos executados de forma consciente e com conhecimento da lei, causavam danos na gestão económica e financeira do Município e, sabendo que existem leis, normas e regulamentos que contemplam e disciplinam os procedimentos dos dinheiros públicos, questionava se o Município já estava a adotar sistemas e procedimentos de controlo interno relativos a operações de execução orçamental e, se estavam a ser elaborados relatórios de atividades e planos de prevenção de riscos, incluindo riscos de corrupções conexas, ou seja, implementação de sistemas de alerta, no âmbito da gestão dos contratos nomeadamente, no controle dos ajustes diretos, dos contratos públicos e até dos consumíveis.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Álvaro Alves, de Montalvo para dar início à sua intervenção.-----

O Senhor Álvaro Alves disse pretender saber qual era o ponto de situação do sistema de rega do Estádio Municipal. Em relação aos jardins de Montalvo em geral e, no Jardim Dr. Luís Soares em particular, para quando intervenções? -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pelo público.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Carlos Lopes, esclarecendo o seguinte:” *O que veio à última Assembleia Municipal foi o Relatório da Inspeção Geral de Finanças que incidiu sobre o mandato autárquico de 2009 a 2013. O relatório transmitiu um conjunto de recomendações que na altura foram implementadas no Município. O efeito prático da conclusão a que chegou a Inspeção Geral de Finanças foi de que não era possível dar-lhe corpo, porque as pessoas em questão já não exerciam funções executivas no Município, se exercessem funções, provavelmente haveria perda de mandato, embora as pessoas tivessem possibilidade de se defenderem*”. Em seu entender, estas auditorias eram importantes porque ajudavam a melhorar a atividade autárquica. Relativamente às questões que o Senhor Álvaro Alves colocou, informou que o sistema de rega era um assunto que estava em análise. Em relação ao Jardim Dr. Luís Soares, tinha sido apresentada uma candidatura. Sobre outras questões relacionadas com os restantes Jardins, seria feita uma verificação e tomadas as devidas ações.-----

E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto dois da ordem de trabalhos.-----

PONTO 2 - RELATÓRIO E CONTAS DE 2017 DA ASSOCIAÇÃO CASA MEMÓRIA DE CAMÕES EM CONSTÂNCIA – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra, informou que se tratava de um documento para conhecimento. Entendia trazer estes documentos à Assembleia Municipal, por ser este Órgão que aprovava os contratos programa através dos quais o Município tinha participações, como eram os casos da Casa Memória de Camões e do Centro de Ciência Viva, logo, tinha toda a lógica terem conhecimento das suas execuções.-

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para referir que tinha na ideia que na Assembleia Municipal de fevereiro deste ano, tinha sido aprovado o relatório da Associação Casa Memória de Camões do ano de dois mil e dezoito, questionando a razão de só agora vir o relatório de dois mil e dezassete.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o que tinha vindo à última Assembleia Municipal tinha sido o contrato-programa para dois mil e dezanove. Por não se terem efetuado eleições para os Corpos Sociais que assegurassem os destinos da Associação nesse período de tempo, o contrato-programa não tinha sido aprovado em dois mil e dezoito. Sendo que o Relatório de Contas de dois mil e dezoito só tinha sido aprovado em Março deste ano e ainda não tinha sido enviado.-----

E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto três da ordem de trabalhos.-----

PONTO 3 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA DE 2018 DA ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que se tratava de um documento para conhecimento que vinha no seguimento das explicações referidas no anterior ponto da ordem de trabalhos.-----

E não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto quatro da ordem de trabalhos.-----

PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 – PARA DELIBERAÇÃO;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que pretendia deixar apenas algumas notas: Deu conta que do lado da receita, houve uma execução de oitenta e nove por cento. Existiu um aumento do FEF corrente, em cento e setenta e nove mil euros. Houve um decréscimo a nível dos impostos diretos, de cento e sete mil euros, que se traduziram na diminuição da receita do IMI (*Imposto Municipal sobre Imóveis*) em catorze mil euros e na derrama em oitenta e um mil euros. Em Impostos Indiretos, havia um decréscimo de nove mil euros. Do lado da despesa, tinha sido conseguida uma execução de oitenta e dois por cento. Existiu um aumento da despesa corrente de nove por cento, devido a; novas contratações de pessoal, descongelamento das carreiras, horas extraordinárias e aumento do salário mínimo nacional de quinhentos e cinquenta e sete euros para quinhentos e oitenta euros. Ao nível das GOP (*Grandes Opções do Plano*), tinham conseguido uma execução próxima dos setenta por cento, sendo que cinquenta e cinco por cento tinha sido para investimento e oitenta e quatro por cento para atividades. O Município em dois mil e dezoito tinha tido um equilíbrio corrente de quatrocentos e quarenta e dois mil novecentos e setenta e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos. A dívida total do Município tinha decrescido quinhentos e vinte mil seiscentos e noventa e dois euros e doze cêntimos. A dívida orçamental tinha reduzido vinte e três por cento, menos seiscentos e dois mil setecentos e cinquenta e nove euros e sessenta e seis cêntimos, se for excluído o FAM (*Fundo Apoio Municipal*) e os empréstimos. A dívida orçamental tinha reduzido sessenta e cinco por cento, ou seja, quatrocentos e trinta e três mil duzentos e quarenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos. O Município tinha as suas contas equilibradas e estava de boa saúde financeira, conseguindo honrar os seus compromissos. Não tinha pagamentos em atraso e baixou de forma considerável a sua dívida.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou os Senhores Deputados que o parecer e certificação legal das contas de dois mil e dezoito lhes tinha sido enviado por correio eletrónico assim como outros documentos.-----

O Senhor Deputado Joaquim Santos (CDU) pediu a palavra para informar que a posição da bancada da CDU, relativamente a este documento, tinha sido apresentada através de uma declaração de voto, entregue na última reunião da Câmara Municipal pelas Senhoras Vereadoras da CDU, salientando o aumento dos recursos humanos em vinte e quatro trabalhadores com os consequentes encargos daí decorrentes.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), para corrigir a intervenção do seu colega de bancada, dizendo que o aumento de trabalhadores não tinha sido de vinte e quatro, mas sim de vinte e seis. Disse ser surpreendente que mesmo com mais vinte e seis trabalhadores, tivesse havido um aumento do número de horas extraordinárias. Também a massa salarial tinha aumentado trezentos e quarenta e três mil euros, um aumento de dezassete, vírgula, sessenta e três por cento. Concluiu, dizendo que não se via ambição nem estratégia para o Concelho.-----

Respondendo às intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que os investimentos tinham que ser planificados e priorizados dado que o dinheiro não chegava para tudo. Relativamente a outras questões apresentadas, reafirmou a sua convicção de que em dois mil e dezoito tinham sido feitas muitas intervenções de que muito se orgulhava que contribuíram para aumentar a qualidade de vida das populações.-----

A Senhora Deputada Isabel Farinha (PS) pediu a palavra salientando as elevadas taxas de execução orçamental e apresentar duas questões. A primeira, em relação à diminuição da receita do IMI, se a mesma tinha a ver com o benefício fiscal da isenção automática por baixos rendimentos? A segunda, a que se devia o aumento de sessenta e oito mil euros para Instituições sem fins lucrativos? Para terminar, deu os parabéns ao executivo pela gestão rigorosa que estavam a fazer.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que os esclarecimentos a prestar seriam entregues posteriormente.-----

A Senhora Deputada Carmem Silva (MIC) pediu a palavra para um pedido de esclarecimento sobre o valor de nove mil quinhentos e cinquenta e um euros e noventa e três cêntimos, para a ADACA (Associação de Defesa de Animais do Concelho de Abrantes), questionando se a Câmara Municipal recebia algum relatório de atividades para se perceber onde eram aplicados os dinheiros.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Jorge Pereira para esclarecer esta situação.-----

O Senhor Vereador Jorge Pereira no uso da palavra informou que existia um protocolo entre Abrantes, Sardoal e Constância e a ADACA, em que cada um dos Municípios contribuía com uma verba de oito mil e quatrocentos euros anuais para despesas de funcionamento. Em relação a outros custos, nomeadamente de alimentação, luz e manutenção dos edifícios, eles eram imputados em percentagem variável a cada um dos Municípios.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para informar que apesar das contratações efetuadas, da recuperação do espaço público, da imagem e da afirmação que o Concelho passava para o exterior, tinha sido possível manter as contas do Município saudáveis e equilibradas.-----

O Senhor Deputado Joaquim Santos (CDU) pediu a palavra para referir que os Deputados da CDU não eram contra a entrada de trabalhadores como parecia entender.-----

O Senhor Deputado Pedro Pereira (PS) pediu a palavra para referir que eram visíveis algumas melhorias na Vila e no Concelho, mais movimento e mais dinamismo. A Vila estava mais florida e conseqüentemente mais bonita. Saliendo alguns investimentos efetuados para que isso estivesse a acontecer.-----

O Senhor Deputado Natércio Candeias (PS) pediu a palavra para referir que os compromissos deveriam ser efetuados com racionalidade para que os “saltos” não fossem demasiado grandes podendo-se tropeçar e deitar tudo a perder.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com três abstenções da bancada da CDU e uma abstenção do MIC.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) apresentou uma declaração de voto, em nome da Bancada da CDU (*Fica anexado a esta ata, como **Anexo IV**, e dela faz parte integrante*).-

PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RLE DE 2018 – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra referiu que na sequência da prestação de contas, os resultados transitados apresentavam um valor negativo, propondo a aplicação desse resultado na conta cinquenta e nove (resultados transitados).-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2019 (1ª REVISÃO ORÇAMENTAL) – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava da injeção do saldo da gerência do ano transato no orçamento deste ano, cuja distribuição era feita pela despesa corrente e pela despesa de capital.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para dizer que era de difícil compreensão a injeção de verbas, quase na sua totalidade em despesa corrente, nomeadamente em despesas com pessoal.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que em relação ao reforço das despesas com pessoal, o salário mínimo nacional tinha aumentado, implicando outros aumentos, nomeadamente os subsídios de férias e de natal.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com três abstenções da bancada da CDU e uma abstenção do MIC.-----

PONTO 7 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A CIMT – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra, informou que se tratava da aceitação da transferência de competências na área da Educação e da Saúde para a Comunidade Intermunicipal, cuja deliberação de aceitação já tinha sido decidida pela própria Comunidade.-----

A Senhora Deputada Carmem Silva (MIC) pediu a palavra para questionar sobre as treze viaturas elétricas adquiridas para serem utilizadas como unidades móveis na Intervenção precoce, segundo julgava saber, uma por Município e nunca tinha visto alguma em Constância.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra informando que existia uma viatura que era partilhada entre o Município de Constância e o Município de Vila Nova da Barquinha.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para referir que sobre esta questão do ponto em discussão, a CDU tinha todas as reservas. Se existissem regiões administrativas em que os órgãos fossem eleitos de quatro em quatro anos, seria possível validar a gestão que era feita, assim, com este sistema, tornava-se difícil fazer essa avaliação, como tal, não sendo um processo claro, não existia a hipótese de votarem favoravelmente.-----

O Senhor Deputado Natércio Candeias (PS) pediu a palavra para referir que concordava com as regiões, mas não era disso que se tratava, as condições que existiam para a validação eram estas e deveriam ser apoiadas e melhoradas no futuro.-----

Não havendo mais questões a apresentar, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com três abstenções da bancada da CDU e uma abstenção do MIC.-----

PONTO 8 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DO PAVILHÃO MUNICIPAL PARA AULAS DE EXERCÍCIO FÍSICO SÉNIOR – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que se tratava de uma proposta para a cedência do Pavilhão à Junta de Freguesia de Constância e a isenção do respetivo pagamento da taxa devida pelo seu uso.-----

A Senhora Deputada Carmem Silva (MIC) pediu a palavra para referir que esta cedência não definia um prazo de início e de fim como habitualmente existia num qualquer contrato, nem nas responsabilidades da Junta de Freguesia em relação aos praticantes de desporto no que concerne à sua saúde.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para dizer que estavam de acordo com a cedência do Pavilhão mas, este assunto já deveria ter vindo à sessão anterior da Assembleia Municipal para não ser aprovado retroativamente.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra esclareceu não haver qualquer contrato. Tratava-se de uma atividade que a Junta de Freguesia de Constância dinamizava e seria ela quem teria que fazer as necessárias avaliações. Relativamente à questão dos cuidados de saúde, poderia ser esclarecida pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância pediu a palavra informando que as aulas de exercício físico sénior seriam administradas por um monitor devidamente credenciado. Todos os participantes inscritos teriam obrigatoriamente um seguro que suportaria as despesas com hospitalização e tratamentos. Quanto à duração, dependia da adesão e seria uma avaliação que teria que ser feita continuamente.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 9 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSMISSÃO DO PATRIMÓNIO DA RESITEJO – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E TRATAMENTO DOS LIXOS DO MÉDIO TEJO, PARA A RSTJ – GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS. E.I.M.,S.A. – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da

Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que se tratava de uma proposta para que fosse adotada a transmissão do património da Resitejo para a nova entidade RSTJ, pela figura do trespasse.-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com três abstenções da bancada da CDU e uma abstenção do MIC.-----

PONTO 10 - ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2018-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que a legislação obrigava a que fosse feito um relatório de avaliação, que espelhasse o conjunto de informações que foram enviadas para a oposição, os direitos de participação que tiveram e um pequeno resumo de toda essa atividade.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra referindo que estavam em falta várias atas das várias comissões eleitas na Assembleia Municipal, pedidas em tempo oportuno, nomeadamente do Conselho Municipal de Segurança; da CPCJ (*Comissão de Proteção de Crianças e Jovens*); da Comissão de Defesa da Floresta; da Comissão Municipal de Educação; do Conselho do ACES (*Agrupamento de Centros de Saúde*).-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que por razões legais e outras, ainda não tinha sido possível enviar as atas que estavam em falta. Logo que fosse possível elas seriam enviadas conforme solicitado.-----

No sentido de fortalecer o pedido, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que logo que as atas estivessem disponíveis seriam enviadas.-----

PONTO 11 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para solicitar os pontos de situação sobre a assinatura do protocolo para a cedência da antiga escola à Associação de Caçadores; a cedência da Escola Júlio Feijão à Associação Filarmónica Montalvenses e o encerramento ou não da Sociedade Parque Almourol. Pretendia ainda, um esclarecimento sobre os custos verificados com pessoal no primeiro trimestre do ano, em mais de oitenta e sete mil euros.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou o plenário que em relação à Associação de Caçadores, a situação de cedência estava resolvida. Quanto à Escola Júlio Feijão, a minuta do contrato de comodato estava finalizada e consensualizada com a Associação Filarmónica, faltando apenas a sua assinatura agendada para depois das Festas do Concelho. Relativamente à Sociedade Parque Almourol, informou que existia um problema jurídico, já referido em Assembleias anteriores, que era necessário resolver para que a Sociedade fosse extinta.-----

PONTO 12 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

O Senhor Deputado Pedro Pereira (PS) pediu a palavra para enaltecer a declaração que tinha sido aprovada por unanimidade na última reunião da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em que reconheceram a Casa Memória de Camões, de interesse regional, patrimonial, cultural e turístico para a região.-----

A Senhora Deputada Isabel Farinha (PS) pediu a palavra, para ser esclarecida sobre a demora na instalação do Conselho Municipal de Segurança.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, tinham surgido algumas dúvidas sobre a tomada de posse do mesmo, tendo atrasado o processo. O gabinete jurídico estava a analisar a situação para que brevemente se desse início à formalização e tomadas de posse aos seus membros.-----

O Senhor Deputado Pedro Pereira (PS) pediu a palavra para enaltecer a aposta do executivo em iniciativas que defendam o património gastronómico no Concelho, referindo-se ao Festival da Fataça e do Javali.-----

O Senhor Deputado Joaquim Santos (CDU) pediu a palavra, solicitando informações sobre o ponto da situação da obra de construção do monumento ao marítimo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar os esclarecimentos solicitados.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o executivo estava a fazer um enorme esforço, dentro das suas competências, no sentido de ajudar todo o comércio local, neste caso em concreto a restauração através do diálogo permanente com todos. Sobre o monumento ao marítimo, informou que a peça estava concluída, faltava a validação das Infraestruturas de Portugal. Após a receção desse parecer, estavam reunidas as condições para avançar com a requalificação da rotunda e a colocação do monumento. Não querendo avançar com prazos, informou que era possível dentro de poucos meses ter o monumento colocado na rotunda à entrada da Vila.-----

10/22

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada pediu a palavra, para mostrar o seu agrado pelos desenvolvimentos verificados para a recuperação dos pesqueiros no Açude de Santa Margarida, pelo que, pretendia saber para quando estava previsto o início da obra e se havia alguma previsão para a conclusão dos trabalhos.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que o processo do Açude de Santa Margarida, depois de cumpridas algumas formalidades administrativas, deveria iniciar-se a curto prazo e a sua requalificação seria feita como previsto e no tempo definido.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se à leitura da minuta da ata, que em seguida se colocou à votação.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constante possam produzir efeitos imediatos.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e vinte e cinco minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

Francisco Fernandes
Maria Teresa Guat de Oate
Carla Silveiro

Anexo I

“Moção

45º Aniversário da Revolução de Abril

A revolução do 25 de Abril de 1974, que culminou uma longa e heroica luta do povo português, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas, sociais e culturais, foi desencadeada pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA) e desde a primeira hora, seguido de um levantamento popular.

O Poder Local Democrático, parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder, também é uma conquista de Abril que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um poder local participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, iniciado com as comissões administrativas, após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, em muitos casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

Num momento em que assistimos ao branqueamento, reabilitação e até promoção de forças e ideias de carácter fascista um pouco por toda a Europa, urge, não apenas valorizar a Revolução de Abril como um dos maiores acontecimentos da história contemporânea portuguesa, mas também denunciar o regime fascista, bem como os crimes e atrocidades por si cometidos.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que contribua para o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais, que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares.

Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

As comemorações do 25 de Abril devem ser, também, um momento de convergência e unidade dos democratas, dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Constância reunida a 18 de Abril de 2019, delibera:

2. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência dum ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo Português.
3. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.

Os eleitos da CDU

Constância, 18 de Abril de 2018”

Anexo II

“Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Constância

Exmº Senhor

Na Assembleia Municipal de Constância de 17-11-2017, sob proposta da Srª Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, foi o meu nome proposto e aceite para integrar o Conselho Municipal de Segurança.

Decorridos que são 17 meses sobre a proposta e, não tendo tomado posse com a agravante de este órgão não ter realizado qualquer reunião, sou obrigado a tomar uma posição que passo a esclarecer.

É bem conhecida a minha entrega à causa pública sem qualquer interesse monetário ou social no concelho, Provedor da Santa Casa da Misericórdia, Clube Estrela Verde, Comando do Corpo de Bombeiros (32 anos), Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil, Conselho Paroquial, Etc.

No desempenho destes cargos nunca procurei quaisquer proveitos pessoais, fi-lo com dedicação e o saber que tinha. Agora, não posso aceitar que decorridos 17 meses sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança o mesmo não tenha passado do papel, como já atrás referi não procuro quaisquer dividendos.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, perante o que referi venho por este meio solicitar a escusa da nomeação para integrar o Concelho Municipal de Segurança, quero no entanto deixar o meu agradecimento à Sra. Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, pela confiança que depositou em mim ao indicar-me para tal cargo, obrigado.

Sem outro assunto de momento apresento os meus melhores cumprimentos.

Amílcar Joaquim Avó Dias”

Anexo III

“Exm. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Constância

Eu, Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, residente na Rua da Lagoa nº 12 – 2250-228 Montalvo, venho por este meio dar conhecimento a V. Exa. do seguinte:

Em 17 de Novembro de 2017, na sessão ordinária desta Assembleia Municipal e em conformidade com o estipulado na alínea j) artigo 5º da Lei 33/98 de 18 de Julho, fui designado pela Vogal Sra. Dra. Cármen Dolores Silva, Vogal do MIC – (Movimento Independentes por Constância) para integrar o Conselho Municipal de Segurança, como descrito no ponto nº 10 – período da ordem do dia, da ata nº 6/2017.

Não tendo ainda sido informado ou notificado para observância do ato formal, (tomada posse) cuja obrigação legal de acordo com o artigo 9º do mesmo diploma, compete a este órgão, na sequência da instalação de novo órgão autárquico, legitimamente eleito em Outubro de 2017, proceder como órgão deliberativo em conformidade com o artigo 6º da Lei acima citada.

Acresce referir que desde 17 de Novembro de 2017, até à presente data perfaz o total de 517 dias, sem que este Conselho se constituísse.

Sabendo que o Conselho Municipal de Segurança tem um espectro de competência que procura responder às necessidades de refletir e agir em matérias de segurança, num quadro de conhecimento e procura de soluções de proximidade, contribuindo de forma responsável e eficaz para a segurança das pessoas e bens residentes no município de Constância, em tempo útil, verifico, que até ao momento não se lhe conhece qualquer iniciativa que justifique a sua constituição.

Por isso, muito respeitosamente, peço escusa, do cargo que honrosamente fui eleito por todos os vogais com assento nesta Assembleia.

Peço escusa, não só pelos motivos mencionados, mas também por uma questão de ética, moral, justiça e dignidade, princípios de conduta que sempre defendi ao longo minha vida profissional e social, dos quais me revejo e respeito condignamente.

Sem outro assunto, atenciosamente

Montalvo, 18 de Abril de 2019

O Cidadão/Munícipe

Carlos José Pancadares de Sousa Lopes”

Anexo IV

“Contas do Exercício de 2018

Declaração de Voto

A apresentação e discussão de contas relativa à actividade do município no ano anterior é sem dúvida o momento para perceber com exactidão qual foi a actividade do município no respectivo ano.

Apresentado 15 dias antes do que é a normalidade, exigindo para além do esforço habitual a realização de muitas horas extras, o documento em causa é apresentado com grande clareza e qualidade técnica pela qual deixamos uma palavra de apreço a todos quantos participaram na sua elaboração.

Relativamente às Actividades mais relevantes, constata-se que em praticamente 100% trata-se da continuidade de projectos que vinham da anterior gestão autárquica.

Não houve mais, nem melhor nem diferente como o Senhor Presidente repetidamente afirmou.

Não podemos deixar de reconhecer avanços e melhoramentos em aspectos pontuais como sejam a limpeza e arranjos de espaços ajardinados particularmente nas Freguesias de Montalvo e Constância que por si só não podem justificar um aumento de 26 trabalhadores, apenas em 2018, passando de 102 para 128 e ainda 5.600 horas extraordinárias.

Assistimos no ano de 2018 ao valor mais alto de receita cobrada mas mesmo assim esse valor foi absorvido quase exclusivamente por despesas correntes que cresceram mais 9,9% e que obrigatoriamente fizeram descer as despesas de investimento em 43,47% conforme é reflectido na página 40.

Nas despesas com pessoal tivemos um aumento de mais 343.701 euros (pág. 41).

Com os titulares de órgãos autárquicos um aumento de mais 44.498 euros (pág. 43).

Na globalidade as despesas apenas com pessoal aumentaram 17,63% (pág. 44).

Os combustíveis passaram de 120.000 para 171.000 euros um aumento de 51.000€.

Apenas no gasóleo passou-se de 49.000 para 63.000€ mais 14.000€.

A despesa de capital foi apenas de 45% do inicialmente previsto 1.355.000€ de 3.040.000€.

As obras aprovadas no Plano de Actividades para 2018 praticamente não viram a luz do dia:

O Largo Cabral Moncada dos 138.000€ previstos gastou-se 4,51%.

O Centro de Saúde de Montalvo dos 7.000€ não se gastou qualquer verba.

O Campo de Futebol de Montalvo dos 15.000€ foram aplicados 2.600€.

A Rua das Hortas em Aldeia dos 80.000€ no Orçamento não se gastou 1 Cêntimo.

Os Cemitérios com 100.000€ orçamentados não se gastou 1 Cêntimo.

O Cine Teatro situação idêntica.

No Parque Ambiental onde estavam previstos 50.000€ para a recuperação da Torre não se viu qualquer investimento.

O Centro Escolar ficou-se pelo arranjo da entrada ficando aquele equipamento apenas com uma saída para veículos e sem espaço de circulação de peões.

Estes são apenas alguns exemplos demonstrativos da gestão feita em 2018: Muita despesa corrente, à qual no futuro não podemos fugir, e abandono de despesa de investimento que assegure o futuro do Concelho.

O Resultado líquido do Exercício de 110.488€ negativos reflecte bem o que se acabou de dizer, não se podendo justificar com o valor das amortizações que representam apenas cerca de 64.000€ de um total de 306.858€ tidos com custos e perdas refletido na pág. 82.

Para terminar uma breve referência à nota Prévia escrita pelo Senhor Presidente onde é notória e evidente a falta de estratégia e ambição que comanda o executivo. É triste e lamentável que não dedique uma linha que seja à necessidade da Travessia do Tejo, à fixação de pessoas particularmente em Santa Margarida, à solução definitiva do encaminhamento dos esgotos da parte alta da Vila de forma a servir o futuro Hotel directamente para a Caima e porque não a ETAR de Montalvo. Estes, entre outros, assuntos verdadeiramente estruturantes e estratégicos.

Pelas razões invocadas e por muitas outras que não são referidas para não se tornar exaustivo, os eleitos da CDU não poderiam votar favoravelmente as Contas de Gestão relativas ao ano de 2019.

Os eleitos.

Constância, 18 de Abril de 2019”